



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro
Grau de Jurisdição e do Orçamento de Primeiro Grau

ATA DE REUNIÃO 2020

Ata da Segunda Reunião do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e do Orçamento de Primeiro Grau de 2020, realizada no dia 13 de agosto de 2020, às 14 horas, na Sala de Reunião Virtual.

1. PARTICIPANTES

Adriana Satou Lessa Ferreira Pinheiro - Juíza do Trabalho Substituta
Ana Maria Aparecida de Freitas - Juíza Titular do Trabalho da 15a VT de Recife
Katia Keitiane da Rocha Porter - Juíza Titular do Trabalho da 03a Vara de Caruaru
Leandro Fernandez Teixeira - Juiz do Trabalho Substituto
Letícia Fernandes Duarte - Diretora de Secretaria da 01a VT de Jaboatão dos Guararapes
Patrilene Hermenegildo Virginio do Nascimento - Diretora de Secretaria da 1a VT de Recife
Maria da Conceição Menezes Gomes - Diretora de Secretaria da 1a VT de Barreiros
Thiago Alexandre de Oliveira - Assessor de Gabinete do Dr. José Luciano Alexo da Silva
Laura Cavalcanti de Moraes Botelho - Juíza Presidente da Amatra6
Saulo Bosco Souza de Medeiros - Juiz Auxiliar da Presidência do TRT6
Elisabete Duarte de Sousa Alves - Coordenadora de Gestão Estratégica TRT6
José Paulo Ferreira - Diretor de Secretaria da 2a VT de Paulista
Patrícia Franco Trajano - Juíza Substituta do Trabalho da 3a VT de Olinda
Henrique Beça Gibson - Diretor de Secretaria da 3a VT de Caruaru
Beatriz Regina Lacerda de Oliveira Santana - Diretora da Vara de Belo Jardim
Matheus Ribeiro Rezende - Juiz do Trabalho Substituto
André Pessoa de Carvalho - Diretor da 12a VT de Recife
Ana Cristina da Silva - Juíza Titular do Trabalho da 1a VT de Olinda

2. ANÁLISE E DELIBERAÇÕES

Pauta - retorno aos trabalhos presenciais.

A Juíza do Trabalho, Dra. Katia Keitiane da Rocha Porter, iniciou a reunião, agradecendo a participação de todos, destacando as boas vindas aos seus novos integrantes.

Iniciados os trabalhos, como primeiro item da reunião, com a palavra, Dr. Saulo Bosco, que pontuou que o Tribunal está seguindo o protocolo do governo do Estado de Pernambuco, no que concerne às regras de segurança para o retorno ao trabalho presencial, que deverá se dar de forma gradual. Elencou alguns EPI's indispensáveis que estão sendo adquiridos pelo Tribunal, como máscaras, álcool gel e líquido a 70%, barreiras de acrílico, termômetros, enfim, itens que irão garantir a segurança dos Magistrados, servidores e jurisdicionados. Ressaltou, ainda, que há uma previsão de retorno para o mês de setembro, mas sem precisar a data, conforme relatado na Reunião do dia 12/08/2020, com a Presidência do Regional.

Com a palavra, Maria da Conceição, que indagou acerca da instalação dos acrílicos, sendo relatado por Dr. Saulo que a empresa é de Alagoas e que o processo de instalação já foi iniciado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro
Grau de Jurisdição e do Orçamento de Primeiro Grau

Dito isto, Dra. Adriana Satou questionou como está sendo tratado o retorno do Cejusc. Dr. Saulo também pontuou que estão analisando, mas poderá ser adotado um sistema híbrido para as audiências, quais sejam, presenciais ou virtuais.

Questionado também sobre o e-carta, Dr. Saulo informou que, por questões e procedimentos administrativos, junto aos Correios, ainda não teríamos como precisar o início do uso desta ferramenta.

Com a palavra, Dra. Patrícia Trajano, relatou que muitos servidores questionam e levantam dúvidas acerca do retorno ao trabalho, sugerindo se há possibilidade de tornar público aos servidores todas as providências tomadas pelo Tribunal no tocante às regras e protocolos de retorno ao trabalho presencial. Com a palavra, Dr. Saulo, disse que, de fato, existem muitas dúvidas acerca da reabertura das unidades, ressaltando a possibilidade de um informativo relatando os protocolos que estão sendo adotados pela Administração, sugerindo que o próprio Comitê solicitasse tais informações, a serem repassadas aos servidores.

Dra. Ana Freitas deu as boas vindas aos novos integrantes do Comitê. Na oportunidade, vez a divulgação de um evento que ocorrerá no dia 21/08/2020, com parceria com a Escola Judicial e o Getrin. Ressaltou a importância do evento, pelo tema a ser tratado, qual seja, retomada dos trabalhos presenciais. Terá como convidados o infectologista, Dr. Paulo Sérgio Ramos, a médica Dra. Carla Zambaldi, além da especialista em saúde do trabalho, Dra. Adriana Guerra. Sugeriu que elencassem perguntas para os convidados responderem, as quais deverão ser enviadas com antecedência para que os participantes e convidados possam responder com precisão, sugerindo, também, que houvesse, oficialmente, um convite aos servidores, para que tirem todas as dúvidas pertinentes.

Com a palavra Dra. Kátia, sugeriu que as perguntas fossem encaminhadas ao grupo do Comitê, no "whatsapp", até dia 18/08/2020, o que foi acatado por todos os membros do Comitê.

Com a palavra, Henrique Beça, diretor da 03ª Vara do Trabalho de Caruaru e novo membro do Comitê, questionou como seria o formato do retorno ao trabalho presencial. Conforme consta da Resolução 322/2020 do CNJ, Dr. Saulo informou que será observado pela Administração, como todos os atos regulamentadores. Ressaltou que poderão ter setores com retorno integral, e outros com retorno parcial, com rodízio de servidores, presença apenas de parte ou, inicialmente, de forma interna e gradual. Frisou que todas as etapas devem ser planejadas e observadas.

Novamente indagou Henrique Beça, frisando que se comunicou com colegas de vários setores e cargos do Tribunal, como Oficiais de Justiça, e as dúvidas são as mesmas: a segurança do retorno aos trabalhos. Com a palavra, Dr. Saulo sugeriu que houvesse inicialmente um debate do próprio Comitê para um alinhamento acerca das dúvidas e sugestões dos servidores para que pudesse dirimir a competência para cada questionamento, de acordo com a área que se compete o questionamento.

Com a palavra, Dra. Laura Cavalcanti, deu as boas vindas aos novos integrantes do Comitê. Em seguida, ressaltou que a realidade dos TRTs, de acordo com a apuração efetuada pela Anamatra, no âmbito nacional, não é diversa do que vivencia o nosso TRT6. Disse que por integrar o comitê de Gabinete Permanente de Emergência, vem recebendo diversos ofícios, de várias entidades, e todos sinalizando a preocupação no cuidado da medida de biossegurança. Informou que a realidade é difícil para administrar, tendo em vista que há resistência tanto para as atividades telepresencial quanto para o retorno das atividades presenciais. Por fim, ressaltou que a sociedade, assim como as escolas estão sinalizando a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro
Grau de Jurisdição e do Orçamento de Primeiro Grau

possibilidade de retorno às aulas e que será uma tendência o retorno das atividades no âmbito do TRT6, devendo sempre ponderar a saúde como fator prioritário.

Com a palavra, Dra Kátia reforçou a fala de Dra Laura, registrando a dificuldade dos advogados em realizar audiência virtual.

Com a palavra, Dr Matheus, ponderou que o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco já retornou às atividades presenciais e sugeriu que buscássemos informações do plano de retomada, além do número de infectados após o retorno das atividades, e como foi aplicada a segurança aos servidores, com a finalidade de dar um retorno seguro para os servidores. Em seguida, informou da necessidade de orientação quanto ao uso dos EPIs, principalmente no que se refere à limpeza e manutenção desses EPIs. Ressaltou da importância de apurar a quantidade de pessoas que se enquadram no grupo de risco no âmbito do TRT6, para fins de verificar a necessidade de remanejamento de servidores.

Dra Laura, mencionou que foi sugerido à Presidência a alternância de turnos e/ou de dias de audiência, além de previsão de higienização entre as audiências pelo Comitê de Saúde para tentar minimizar o efeito da contaminação.

Com a palavra, Dr Leandro ressaltou que o TRT5 aborda um procedimento mais rígido para fins de viabilizar a realização de audiência telepresencial, pois não aceita pedido genérico de não concordância da audiência virtual e os pedidos de adiamento de audiência são analisadas no momento da audiência.

Em seguida, José Paulo Ferreira, diretor da 2a Vara do Trabalho de Paulista e novo membro do Comitê, reforçou a fala de Dr Leandro, aduzindo que na sua unidade jurisdicional tem conseguido realizar as audiências adotando o procedimento do TRT5, ou seja, apenas despachando no momento da audiência e nessa oportunidade a magistrada aproveita para conversar com os advogados do processo, com respeito e tranquilidade, demonstrando a naturalidade ao acesso da jurisdição e viabilizando o andamento do processo.

Com a palavra Dra Ana Freitas, registrou que fez um levantamento dos processos para selecionar àqueles que necessitam de produção de prova oral e àqueles que já estavam aptos para julgamento, bem como realizou diversas conciliações. Informou da necessidade do respeito e cuidado com os advogados e partes para fins de incentivar às audiências telepresenciais, para fins de evitar o contágio da doença.

Com a palavra, Dra Patrícia Trajano, registrou que é a favor das audiências telepresenciais.

Ato contínuo, Dra Kátia registrou que as audiências telepresenciais a exemplo do PJE teve muita resistência e hoje é o sistema utilizado. Em seguida, abriu o segundo tema para debate.

Em seguida, como segundo ponto da pauta, sistematização do Comitê.

Aberto o debate da segunda pauta, Dra Kátia informou que o presente Comitê estava regulamentado pelo CNJ, com atribuições específicas, e dentre elas a possibilidade de oficiar ao Tribunal solicitando informações.

Dito isto, Dra Patrícia Trajano, esclarece quanto ao pauta sugerida, afirmando que os servidores não sabem como buscar informações junto ao Comitê, enfatizando que a sistematização consiste na visibilidade de atuação do Comitê, com a finalidade de buscar uma participação proativa dos servidores antes da realização das reuniões, visando agregar as sugestões dos servidores para debate nas reuniões. Salientou a necessidade de divulgar com antecedência nos meios de comunicação a data das reuniões do Comitê, bem como mostrar a atuação quanto ao desdobramento do que foi resolvido nessas reuniões.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro
Grau de Jurisdição e do Orçamento de Primeiro Grau

Em seguida, Dra Kátia Keitiane acatou a sugestão para que as próximas reuniões fossem comunicadas junto a imprensa para divulgar com antecedência as datas das reuniões, bem como solicitando sugestões de pauta para debate.

Com a palavra, Dra Laura Cavalcanti aduziu que é pertinente às contribuições pontuais dos servidores e magistrados, porém ressaltou a dificuldade de participação dos magistrados nas reuniões junto a AMATRA, ainda que de grande relevância para a classe.

Em seguida, Dr. Saulo registrou que o Comitê vem cumprindo sua missão de formar sua identidade própria e vem atuando de maneira positiva. Realçou as características consultiva e propositiva do Comitê junto à Administração.

Por fim, confirmada a disponibilidade de todos os membros, restou como data para a próxima reunião dia 15 de setembro de 2020, às 14h, na sala virtual, a ser criada para tal fim, com a convocação dos membros titulares e suplentes.

Encerrados os trabalhos, Dra Katia Keitiane agradeceu a presença de todos os participante e aos novos membros do Comitê.

Os participantes, identificados a seguir, aprovam e assinam eletronicamente a respectiva ata.

Adriana Satou Lessa Ferreira Pinheiro - Juíza do Trabalho Substituta
Ana Maria Aparecida de Freitas - Juíza Titular do Trabalho da 15a VT de Recife
Katia Keitiane da Rocha Porter - Juíza Titular do Trabalho da 03a Vara de Caruaru
Leandro Fernandez Teixeira - Juiz do Trabalho Substituto
Letícia Fernandes Duarte - Diretora de Secretaria da 01a VT de Jaboatão dos Guararapes
Patrilene Hermenegildo Virginio do Nascimento - Diretora de Secretaria da 1a VT de Recife
Maria da Conceição Menezes Gomes - Diretora de Secretaria da 1a VT de Barreiros
Thiago Alexandre de Oliveira - Assessor de Gabinete do Dr. José Luciano Alexo da Silva
Laura Cavalcanti de Moraes Botelho - Juíza Presidente da Amatra6
Saulo Bosco Souza de Medeiros - Juiz Auxiliar da Presidência do TRT6
Elisabete Duarte de Sousa Alves - Coordenadora de Gestão Estratégica TRT6
José Paulo Ferreira - Diretor de Secretaria da 2a VT de Paulista
Patrícia Franco Trajano - Juíza Substituta do Trabalho da 3a VT de Olinda
Henrique Beça Gibson - Diretor de Secretaria da 3a VT de Caruaru
Beatriz Regina Lacerda de Oliveira Santana - Diretora da Vara de Belo Jardim
Matheus Ribeiro Rezende - Juiz do Trabalho Substituto
André Pessoa de Carvalho - Diretor da 12a VT de Recife
Ana Cristina da Silva - Juíza Titular do Trabalho da 1a VT de Olinda